

Saúde não cumprirá cortes no orçamento

Deise Leobet
de Brasília

O Ministério da Saúde não irá conseguir cumprir as metas de corte nas despesas estipuladas pela equipe econômica no mês passado. A afirmação foi feita ontem pelo secretário-executivo do órgão, Barjas Negri, durante o lançamento do programa Farmácia Solidária.

De acordo com ele, técnicos da Saúde ainda estão fazendo levantamento dos programas e projetos para avaliar o que já foi executado e quanto está empenhado para os próximos meses. "Mas, certamente, não vai dar para cortar o que foi determinado pelo decreto", avisa Negri.

Pelo decreto do governo federal, o Ministério da Saúde teria que cortar R\$ 1,17 bilhão a partir do saldo de R\$ 3,32 bilhões previstos até dezembro. Isso equivale a aproximadamente 34% do saldo disponível para as despesas de custeio e de capital até dezembro.

Desde o anúncio dos cortes orçamentários de R\$ 4 bilhões até o final do ano, técnicos do ministério vêm discutindo com a Fazenda, para tentar reduzir o tamanho do ajuste.

Negri informou que somente a partir de novembro é que será possível ter uma idéia de quanto poderá

ser cortado. "Como a Saúde está hoje bastante descentralizada, leva tempo para saber o que já foi gasto ou não", explicou.

Até lá, o Ministério da Saúde estará promovendo um remanejamento de recursos entre as áreas que não devem gastar todo seu orçamento nos próximos três meses para aquelas mais deficitárias. É o caso da Secretaria de Vigilância Sanitária, que embora tenha um orçamento pequeno (aproximadamente R\$ 50 milhões para este ano) não conseguirá executá-lo em sua totalidade.

Mas em dezembro, quando o Ministério da Saúde deverá ter consumido esses recursos obtidos com remanejamentos, o secretário Negri admite que os programas da pasta serão afetados.

De acordo com ele, o Ministério da Saúde será obrigado a fazer cortes nos repasses aos fornecedores, reduzindo o volume de recursos para as autorizações de internações hospitalares e tratamentos ambulatoriais, por exemplo.

Programas de melhoria de infraestrutura, como o Reforsus — que prevê recursos para a ampliação e reforma de hospitais e a compra de equipamentos —, também deverão ser incluídos nos cortes.